

Demonstrações financeiras

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do auditor independente

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gláucio Dutra da Silva', is written over the printed name.

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	71.970	74.950
Contas a receber de clientes	7	54.413	50.409
Estoques		3.287	3.441
Despesas antecipadas		1.067	533
Créditos com partes relacionadas	19	233	162
Tributos a recuperar		25	26
Outros ativos		751	1.542
		131.746	131.063
Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	3.426	-
Depósitos judiciais		6.311	10.610
Tributos a recuperar		644	84
Ativo de direito de uso	8	724	346
Imobilizado	9	1.648	1.360
Ativo de contrato	10	95.480	65.803
Intangível	11	278.966	255.631
		387.199	333.834
Total do ativo		518.945	464.897

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	3.275	3.072
Passivos de arrendamento	13	335	216
Debêntures	14	22.341	21.168
Obrigações tributárias	15	2.910	3.600
Obrigações trabalhistas		4.332	3.889
Ônus da concessão		100	93
Débitos com partes relacionadas	19	1.564	1.478
Obrigações com acionistas	19	62.744	21.536
ICMS a devolver a clientes	17	3.041	3.039
Outras obrigações	20	818	1.197
		101.460	59.288
Não circulante			
Passivos de arrendamento	13	450	161
Debêntures	14	274.172	279.865
Tributos diferidos	16	14.538	9.400
Provisões para contingências	18	1.484	2.252
		290.644	291.678
Patrimônio líquido	21		
Capital social		44.700	44.700
Reservas de lucros		44.700	44.700
Dividendos adicionais propostos		37.441	24.531
		126.841	113.931
Total do passivo e patrimônio líquido		518.945	464.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	22	295.896	253.522
Custo dos serviços prestados	23	(138.277)	(119.524)
Lucro bruto		157.619	133.998
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(65.978)	(57.723)
Outras receitas operacionais		3.383	672
		(62.595)	(57.051)
Resultado operacional antes do resultado		95.024	76.947
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	14.108	13.691
Despesas financeiras	25	(18.964)	(21.855)
		(4.856)	(8.164)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		90.168	68.783
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16b	(24.144)	(15.150)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16b	(5.138)	(4.561)
Lucro líquido do exercício		60.886	49.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	60.886	49.072
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>60.886</u>	<u>49.072</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	44.700	8.940	3.380	31.574	14.000	-	102.594
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	49.072	49.072
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(12.182)	-	(12.182)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.767)	-	-	(5.767)
Baixa de dividendos prescritos	-	-	-	482	-	-	482
Proposta de destinação do resultado do exercício:							
Reserva de investimentos	-	-	305	-	-	(305)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(12.268)	(12.268)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	22.713	(22.713)	-
Retenção de lucros	-	-	-	5.786	-	(5.786)	-
Saldos 31 de dezembro de 2024	44.700	8.940	3.685	32.075	24.531	-	113.931
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	60.886	60.886
Proposta de destinação do resultado do exercício:							
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(22.713)	-	(22.713)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(15.222)	(15.222)
Dividendos extraordinários	-	-	-	-	-	(10.041)	(10.041)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	35.623	(35.623)	-
Saldos 31 de dezembro de 2025	44.700	8.940	3.685	32.075	37.441	-	126.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos tributos sobre o lucro	90.168	68.783
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	15.429	14.228
Juros sobre empréstimos e arrendamentos e amortização de dos custos de transação sobre empréstimos	117	969
Juros sobre debêntures e amortização dos custos de transação sobre debêntures	17.992	19.554
Ganho com operações de <i>swap</i>	-	(120)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	8
Atualização monetária das contingências	(432)	24
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber	6.419	7.313
Reversões de contingências	(336)	(132)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	4	(59)
Perda com derivativos	-	115
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	(13.849)	(9.886)
Estoques	154	(2.503)
Depósitos judiciais	4.299	(1.248)
Tributos a recuperar	(1.975)	(1.605)
Despesas antecipadas	(534)	(39)
Outros ativos	791	(1.345)
Partes relacionadas, líquida	15	366
Fornecedores	161	(594)
Ônus da concessão	7	3
Obrigações tributárias	53	(692)
Obrigações trabalhistas	443	301
ICMS a devolver - clientes	2	-
Outras obrigações	(379)	(1.126)
	118.549	92.315
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.471)	(13.492)
Pagamento dos juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(1.063)
Pagamento dos juros sobre arrendamentos	(95)	(59)
Pagamento dos juros sobre debêntures	(18.775)	(18.902)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	76.208	58.799
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(702)	(346)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(52.742)	(26.481)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	-	59
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(53.444)	(26.768)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(6.768)	(29.392)
Pagamentos dos empréstimos e financiamentos	-	(14.905)
Pagamento dos arrendamentos	(300)	(349)
Pagamento das debêntures	(18.676)	(11.298)
Derivativos recebidos	-	102
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(25.744)	(55.842)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(2.980)	(23.811)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74.950	98.761
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	71.970	74.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. (a “Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, km 91, Bananeiras, no Município de Araruama - RJ, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá), Silva Jardim, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e a Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., através do Contrato de Concessão nº 03/96 de 01 de Dezembro de 1997, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a partir da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 15 de janeiro de 1998. Em 30 de junho de 2010 e em 13 de agosto de 2015 houve deliberações da Agência Reguladora para prorrogação de mais 180 e 120 meses, respectivamente, que fez com que o término do contrato passasse para janeiro de 2048. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de concessão.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim.

Reforma tributária

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 (“Reforma”), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços.

O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Concessionária permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Concessionária está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1) na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 20 de março de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

3.4. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

3.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.
- Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Alíquotas</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos--Continuação

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

3.10. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Receita operacional --Continuação

i) Receita de prestação de serviços--Continuação

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

O CPC emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1). Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:

Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Ademais, há alterações consequentes em vários outros padrões.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis--Continuação

A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Concessionária são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com o CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1);
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2).

As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

IFRS 19: Subsidiárias Sem Responsabilidade Pública: Divulgações:

Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos, enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período do relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo IFRS 10/CPC 36 (R3), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Tais alterações deverão ser incorporadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio de revisões nos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação;
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados;
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:

O *International Accounting Standards Board* – IASB emitiu 9 alterações de escopo limitado, que abrangem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: (i) IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade); (ii) IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)).

Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026. Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:

As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos;
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos;
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1).

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) *Vida útil dos ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

b) *Provisões para riscos cíveis e trabalhistas*

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas contábeis--Continuação

c) *Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber*

A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

d) *Receita não faturada*

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2025		31/12/2024		
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros							
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	71.809	71.809	74.873	74.873	
Contas a receber	Custo amortizado	-	57.839	57.839	50.409	50.409	
Crédito com partes relacionadas	Custo amortizado	-	233	233	162	162	
Passivos financeiros							
Fornecedores	Custo amortizado	-	3.275	3.275	3.072	3.072	
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	785	785	377	377	
Debêntures	Custo amortizado	-	296.513	284.264	301.033	301.033	
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	100	100	93	93	
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.564	1.564	1.478	1.478	

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos, financiamentos e debêntures em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.2. Risco de mercado--Continuação

Risco de taxas de juros--Continuação

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Focus, do Banco Central do Brasil e Banco Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	71.809	80.878	78.609	83.148
Passivo					
Debêntures	IPCA	(304.787)	(317.009)	(313.961)	(320.057)
Passivo líquido		(232.978)	(236.131)	(235.352)	(236.909)
Efeito líquido			(3.153)	(2.374)	(3.931)
CDI (a.a.)			12,63%		
IPCA (a.a.)			4,01%		

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	3.275	3.275	-	-
Debêntures	304.787	23.348	19.727	261.712
Passivos de arrendamento	785	335	269	181
Ônus da concessão	100	100	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.564	1.564	-	-
	310.511	28.622	19.996	261.893
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	3.072	3.072	-	-
Debêntures	310.372	22.232	18.474	269.666
Passivos de arrendamento	377	216	146	15
Ônus da concessão	93	93	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.478	1.478	-	-
	315.392	27.091	18.620	269.681

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos passivos de arrendamento e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivos de arrendamento (Nota 13)	785	377
Debêntures (Nota 14)	296.513	301.033
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(71.970)	(74.950)
Dívida líquida (a)	225.328	226.460
Total do patrimônio líquido (b)	126.841	113.931
Total do capital (a+b)	352.169	340.391
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	63,98%	66,53%

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	161	77
Aplicações financeiras	71.809	74.873
	<u>71.970</u>	<u>74.950</u>

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração média relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 102,08 % do CDI (101,84% em 2024).

7. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Clientes (a)	116.992	103.493
Clientes - parcelamento (b)	10.703	9.820
Pontos arrecadadores (c)	1.553	2.086
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(71.409)	(64.990)
	<u>57.839</u>	<u>50.409</u>
Ativo circulante	54.413	50.409
Ativo não circulante	3.426	-

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência).

(b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.

(c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer		
Faturado	29.697	26.138
Não faturado	17.591	13.805
Vencidas		
Até 30 dias	6.654	6.059
De 31 a 60 dias	2.733	2.840
De 61 a 90 dias	1.710	1.854
De 91 a 180 dias	4.126	4.094
Mais de 180 dias	66.737	60.609
	<u>129.248</u>	<u>115.399</u>

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	(64.990)	(57.677)
(+) Constituições	(6.419)	(7.313)
Saldo final	<u>(71.409)</u>	<u>(64.990)</u>

8. Ativo de direito de uso

	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	1.337	(613)	724	607	(261)	346
	<u>1.337</u>	<u>(613)</u>	<u>724</u>	<u>607</u>	<u>(261)</u>	<u>346</u>

Movimentação do ativo de direito de uso

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2025</u>
Imóveis	346	728	(350)	724
	<u>346</u>	<u>728</u>	<u>(350)</u>	<u>724</u>

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2024</u>
Imóveis	562	83	(299)	346
	<u>562</u>	<u>83</u>	<u>(299)</u>	<u>346</u>

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	2.883	(2.152)	731	804
Veículos	20%	740	(505)	235	100
Máquinas e equipamentos	10%	175	(65)	110	47
Móveis e utensílios	10%	1.293	(727)	566	402
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	12	(6)	6	7
		5.103	(3.455)	1.648	1.360

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2024					Saldos em 31/12/2025	
	Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificação			
Equipamentos de informática	184	-	(257)	-	804	-	731
Veículos	208	-	(73)	-	100	-	235
Máquinas e equipamentos	76	-	(13)	-	47	-	110
Móveis e utensílios	234	(1)	(73)	4	402	4	566
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	(1)	-	7	-	6
	702	(1)	(417)	4	1.360	4	1.648

	Saldos em 31/12/2023		Saldos em 31/12/2024	
	Adições	Depreciação		
Equipamentos de informática	250	(255)	809	804
Veículos	-	(56)	156	100
Máquinas e equipamentos	-	(11)	58	47
Móveis e utensílios	96	(76)	382	402
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	7	7
	346	(398)	1.412	1.360

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo de contrato

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Infraestrutura em construção	<u>95.480</u>	<u>65.803</u>
	<u>95.480</u>	<u>65.803</u>

Movimentação do ativo de contrato:

	<u>Saldos em 31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldos em 31/12/2025</u>
Infraestrutura em construção	65.803	66.758	(37.077)	(4)	95.480
	<u>65.803</u>	<u>66.758</u>	<u>(37.077)</u>	<u>(4)</u>	<u>95.480</u>

	<u>Saldos em 31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 31/12/2024</u>
Infraestrutura em construção	82.163	39.728	(56.088)	65.803
	<u>82.163</u>	<u>39.728</u>	<u>(56.088)</u>	<u>65.803</u>

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Custos de debêntures capitalizados

Os juros de debêntures são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 14.939 capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 15.213 em 2024).

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	335	(307)	28	42
Desenvolvimento de projetos	20%	149	(58)	91	96
Concessão/Infraestrutura		362.867	(84.020)	278.847	255.493
		363.351	(84.385)	278.966	255.631

Os valores reconhecidos na linha concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	2.353	(505)	1.848	1.942
Adutora	7.957	(1.913)	6.044	6.179
Estação de Tratamento de Água - ETA	9.002	(4.750)	4.252	4.776
Reservatório	6.340	(2.230)	4.110	4.372
Booster	797	(113)	684	716
Elevatória - água	3	-	3	3
Substituição/Expansão de rede de água	161.315	(22.959)	138.356	127.118
Ligação de água	3.468	(460)	3.008	1.534
Ligação de esgoto	10	-	10	-
Substituição/Expansão de rede de esgoto	42.125	(15.942)	26.183	27.699
Elevatória - esgoto	2.360	(346)	2.014	2.110
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	78.161	(15.481)	62.680	56.577
Emissário	7.054	(103)	6.951	152
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.928	(2.317)	6.611	5.293
Máquinas e equipamentos	32.994	(16.901)	16.093	17.022
	362.867	(84.020)	278.847	255.493

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

Movimentação do intangível

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2025
Softwares e aplicativos	42	-	-	(14)	-	28
Desenvolvimento de projetos	96	17	-	(22)	-	91
Concessão/Infraestrutura	255.493	906	(3)	(14.626)	37.077	278.847
	255.631	923	(3)	(14.662)	37.077	278.966

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	57	-	(15)	-	42
Desenvolvimento de projetos	109	-	(13)	-	96
Concessão/Infraestrutura	210.942	1.966	(13.503)	56.088	255.493
	211.108	1.966	(13.531)	56.088	255.631

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12. Fornecedores

Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais	1.436	830
Serviços	277	815
Infraestrutura	955	1.172
Outros	607	255
	3.275	3.072

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Passivos de arrendamento

<u>Linha de Crédito</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivos de arrendamento			
Arrendamentos (Vide Nota 8)	entre 12,18% e 16,37% a.a.	785	377
Circulante		335	216
Não circulante		450	161

A movimentação de passivos de arrendamento é como segue:

Passivos de arrendamento

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	377	641
Adições	728	83
Remensurações	(42)	3
Juros e encargos financeiros	117	58
Amortização do principal	(300)	(349)
Amortização dos juros	(95)	(59)
Saldo final	785	377

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
2026	-	146
2027	268	15
2028	111	-
Após 2028	71	-
	450	161

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	IPCA	5,40% e 6,85% a.a.		
Não conversíveis em ações			300.721	306.306
Juros e participações			4.066	4.066
Custos de transação a apropriar			(8.274)	(9.339)
Total de debêntures			296.513	301.033
Circulante			22.341	21.168
Não circulante			274.172	279.865

A movimentação das debêntures é demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	301.033	296.466
Juros e encargos financeiros	31.867	33.681
Amortização do principal	(18.676)	(11.298)
Amortização dos juros	(18.775)	(18.902)
Apropriação dos custos de transação	1.064	1.086
Saldo final	296.513	301.033

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2026	-	-	-	18.474	(1.006)	17.468
2027	19.727	(965)	18.762	18.902	(965)	17.937
2028	20.099	(913)	19.186	19.258	(914)	18.344
Após 2028	241.613	(5.389)	236.224	231.506	(5.390)	226.116
	281.439	(7.267)	274.172	288.140	(8.275)	279.865

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures--Continuação

1ª Emissão

Em 15 de novembro de 2020, conforme Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 1ª emissão pública de 117.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal de R\$1, perfazendo o total de R\$117.400.

As debêntures têm prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com amortização do valor nominal unitário em trinta e sete parcelas semestrais, sendo a primeira em 15 de novembro de 2022, e com vencimento final previsto para o dia 15 de novembro de 2040.

As debêntures têm atualização monetária mensal do seu valor nominal unitário pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a primeira data de integralização até a data do seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização das debêntures incorporado ao valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável. Sobre o valor nominal unitário atualizado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual de 5,40% a.a., base 252 dias úteis.

Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas aos sistemas de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

2ª Emissão

Em 09 de setembro de 2022, conforme Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 2ª emissão pública de 155.091 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no valor nominal de R\$1, perfazendo o total de R\$ 155.091.

As debêntures têm prazo de vencimento de quinze anos, a contar da data de emissão, com amortização do valor nominal unitário em vinte e sete parcelas semestrais, sendo a primeira em 15 de setembro de 2024, com vencimento final previsto para o dia 15 de setembro de 2037.

As debêntures têm atualização monetária mensal do seu valor nominal unitário pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data de início da rentabilidade até a data do seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização monetária incorporado ao valor nominal unitário ou ao saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável. Sobre o valor nominal unitário atualizado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual de 6,85% a.a., base 252 dias úteis.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures--Continuação

2ª Emissão--Continuação

Os recursos captados destinam-se ao reembolso de despesas ou dívidas já incorridas relacionadas à projeto específico, bem como para pagamentos futuros destinados à modernização e expansão dos sistemas de abastecimento e tratamento de água e de coleta e tratamento de esgoto. As debêntures possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Covenants

As debêntures possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2025.

15. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS/COFINS/CSLL retidos	82	89
ISS	158	209
IRRF	165	392
PIS	361	301
COFINS	1.680	1.401
IRPJ	194	786
CSLL	270	422
	<u>2.910</u>	<u>3.600</u>

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2024	Resultado	31/12/2025
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	1.057	(39)	1.018
Provisão para contingências	765	(261)	504
Provisão participação nos lucros	332	101	433
Provisão salários e encargos em acordo coletivo	77	52	129
Arrendamentos	11	11	22
Outros	266	(256)	10
Ativo fiscal diferido	2.508	(392)	2.116
Juros capitalizados	(11.835)	(4.752)	(16.587)
Ajustes do regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	(73)	6	(67)
Passivo fiscal diferido	(11.908)	(4.746)	(16.654)
Tributos diferidos, líquidos	(9.400)	(5.138)	(14.538)

b) Conciliação da taxa efetiva:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	90.168	68.783
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(30.657)	(23.386)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes	(93)	(370)
Juros sobre capital próprio	-	1.961
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural (Lei nº 8.313/1991)	264	220
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/2008)	29	32
Programa de alimentação do trabalhador (Decreto nº 9.580/2018)	753	507
Fundo do Idoso (Lei nº 12.213/2010)	84	-
PRONAS/PCD (Lei nº 12.715/2012)	-	54
PRONON (Lei nº 12.715/2012)	84	54
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/2006)	149	110
Fundo da infância e da adolescência (Decreto nº 9.580/2018)	84	55
Outros ajustes	(3)	1.028
Total de despesas de imposto de renda e da contribuição social	(29.282)	(19.711)
Alíquota efetiva	32,48%	28,66%

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. ICMS a devolver a clientes

A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. iniciou uma disputa judicial com o Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de fornecimento de água, obtendo, em 2010, decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A Concessionária firmou um Termo de Operacionalização junto ao Ministério Público e os Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor de seus clientes. O saldo do ICMS a devolver a clientes é de R\$3.041 em 2025 (R\$ 3.039 em 2024).

18. Provisões para contingências

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais.

As provisões estão assim demonstradas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhistas	88	59
Cíveis	1.396	2.193
	<u>1.484</u>	<u>2.252</u>

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhistas	674	1.138
Cíveis	45.621	49.775
	<u>46.295</u>	<u>50.913</u>

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisões para contingências--Continuação

Processos com probabilidade de perda classificada como possível--Continuação

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 29.674 (R\$ 30.543 em 2024); (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 4.164 (R\$ 3.824 em 2024); (iii) serviços água e esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R\$ 1.442 (R\$ 5.574 em 2024); (iv) serviços comerciais, totalizando R\$ 4.839 (R\$ 5.106 em 2024); (v) responsabilidade civil, totalizando R\$ 3.145 (R\$ 2.938 em 2024); (vi) cobrança, totalizando R\$ 2.251 (R\$ 1.677 em 2024); e (vii) dano ambiental, desapropriação e outros, totalizando R\$ 106 (R\$ 113 em 2024).

19. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 1.507 (R\$ 1.686 em 2024). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remunerações	1.144	1.301
Encargos sociais	312	335
Plano de saúde	39	38
Outros	12	12
	<u>1.507</u>	<u>1.686</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas--Continuação

Resumo das transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	229	95
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	4	67
	<u>233</u>	<u>162</u>
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	199	64
ERG Participações Ltda.	1.330	430
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	776	251
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	133	43
Synval Filgueiras de Moraes Junior	1.051	339
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	1.401	453
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	1.051	339
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	56.803	18.349
	<u>62.744</u>	<u>20.268</u>
Juros sobre capital próprio a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	4
ERG Participações Ltda.	-	27
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	16
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	3
Synval Filgueiras de Moraes Junior	-	21
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	-	28
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	-	21
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	-	1.148
	-	<u>1.268</u>
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	1.564	1.478
	<u>1.564</u>	<u>1.478</u>
Total do passivo circulante	<u>64.308</u>	<u>23.014</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado com partes relacionadas		
Despesas		
Contrato de gestão - <i>Management Fee</i> (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	<u>(11.816)</u>	<u>(10.656)</u>

- (a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras obrigações

Abaixo apresentamos a composições dos saldos relativos a outras obrigações:

	31/12/2025	31/12/2024
Retenção contratual	381	808
Adiantamento de clientes	246	246
Outros	191	143
	818	1.197

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado no montante de R\$44.700 em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está representado por 5.699.850 (cinco mil, seiscentas e noventa e nove e oitocentos e cinquenta) ações nominativas, sem valor nominal. Dentre essas ações, 1.899.950 (um mil, oitocentos e noventa e nove e novecentos e cinquenta) são ordinárias (“ON”) e 3.799.900 (três mil, setecentos e noventa e nove e novecentas) são preferenciais (“PN”), conforme apresentado abaixo:

Acionistas	ON	PN	Total	%
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.775.869	3.384.340	5.160.209	90,5324%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	31.811	63.622	95.433	1,6743%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	42.415	84.828	127.243	2,2324%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	31.811	63.622	95.433	1,6743%
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	5.742	64.751	70.493	1,2368%
ERG Participações Ltda.	9.846	111.036	120.882	2,1208%
Acionistas minoritários	2.456	27.701	30.157	0,5291%
	1.899.950	3.799.900	5.699.850	100%

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos

Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Além dos dividendos mínimos obrigatórios, a Concessionária destinou R\$ 10.041 do lucro do exercício para dividendos extraordinários, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2025.

A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido	60.886	49.072
Constituição da reserva legal - 5% (i)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	60.886	49.072
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	15.222	12.268
Dividendos extraordinários	10.041	-
	25.263	12.268

(i) A reserva legal não foi constituída em 2025 pelo fato de ter atingido o limite de 20% do capital social.

e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

22. Receita líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de prestação de serviços	271.330	235.734
Receita de construção	60.193	44.188
Cancelamentos	(8.803)	(3.638)
	322.720	276.284
Deduções da receita bruta		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(24.563)	(21.509)
Descontos concedidos	(2.261)	(1.253)
	295.896	253.522

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(476)	(1.053)
Ônus da concessão	(1.130)	(1.004)
Energia elétrica	(21.701)	(20.331)
Custo de construção	(60.193)	(44.188)
Materiais aplicados nos serviços	(7.915)	(7.742)
Salários e benefícios a empregados	(21.392)	(19.981)
Utilização de imóveis e telefonia	(15)	(19)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(4.480)	(5.107)
Serviços de terceiros	(7.104)	(7.060)
Depreciações e amortizações	(13.671)	(12.626)
Outros custos	(200)	(413)
	<u>(138.277)</u>	<u>(119.524)</u>

24. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e benefícios a empregados	(21.977)	(19.589)
Utilização de imóveis e telefonia	(576)	(618)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.526)	(1.534)
Serviços de terceiros	(21.528)	(20.281)
Despesas com contencioso	(8.698)	(1.170)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(420)	(363)
Depreciações e amortizações	(480)	(408)
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	(6.419)	(7.313)
Reversões de contingências	336	132
Despesas com informática	(2.251)	(2.058)
Outras despesas	(2.439)	(4.521)
	<u>(65.978)</u>	<u>(57.723)</u>

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	10.683	10.026
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(693)	(669)
Juros e multas vinculadas à operação	3.997	3.884
Variação monetária sobre outros ativos	86	314
Ganhos com operações de <i>swap</i>	-	124
Ganhos com derivativos	-	6
Outras receitas financeiras	35	6
	14.108	13.691
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(16.928)	(19.339)
Juros sobre arrendamentos	(111)	(58)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	(8)
Atualização monetária das contingências	432	(24)
Tributos sobre operações financeiras	(20)	(18)
Descontos concedidos	(1.095)	(991)
Perdas com operações de <i>swap</i>	-	(4)
Perdas com derivativos	-	(121)
Outras despesas financeiras	(1.242)	(1.292)
	(18.964)	(21.855)
Resultado financeiro	(4.856)	(8.164)

26. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Descrição seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2025 a 27/10/2026	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2026 a 17/01/2027	19.500
Riscos operacionais	17/01/2026 a 17/01/2027	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil	31/12/2025 a 31/12/2026	182.740
Riscos ambientais	22/12/2025 a 22/12/2026	5.000
Garantia de concessão	01/12/2025 a 01/12/2026	170.877
Seguro de veículos	17/10/2025 a 17/10/2026	200

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Arrendamentos	728	83
Juros capitalizados	14.939	15.213
Juros sobre o capital próprio	-	1.268
IRRF sobre <i>swap</i>	-	19
Destinação de dividendos	47.976	20.268

28. Eventos subsequentes

Encerramento de discussão judicial sobre ICMS – demanda contratada de energia elétrica

A Concessionária era parte em processo judicial que discutia a incidência de ICMS sobre demanda contratada de energia elétrica, no qual foram realizados depósitos judiciais. Em 23 de fevereiro de 2026, após diligências internas, não logrou êxito na localização da documentação necessária para a quantificação de eventual crédito, circunstância que inviabilizou a instauração das fases de liquidação e cumprimento de sentença, assim como a tentativa de negociação administrativa. Diante disso, a Concessionária formalizou sua desistência de iniciar a liquidação e cumprimento de sentença. Na mesma oportunidade, concordou com o levantamento dos valores depositados judicialmente em favor do Estado, encerrando-se, assim, a discussão judicial. O montante do depósito judicial relacionado ao processo totalizava R\$ 11.897.